

# **ANÁLISE DE ALGUNS ELEMENTOS EXPLICATIVOS DA TRAJETÓRIA DO NÍVEL DE EMPREGO NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS DESENVOLVIDAS DESDE O PÓS-GUERRA ATÉ OS DIAS ATUAIS**

Fernando Augusto Mansor de

Mattos

## **APRESENTAÇÃO**

A ordem econômica internacional sofreu significativas transformações desde o pós-guerra, com impactos evidentes sobre a ordem social dos países capitalistas desenvolvidos. Desde o final da década de 40 até meados da década de 70, a economia capitalista viveu os chamados Anos Dourados, durante os quais foi possível conjugar, nos países capitalistas desenvolvidos, elevados ganhos de salários reais e de produtividade, ao lado de taxas de desemprego bastante baixas. Neste período, houve também expressiva redução das desigualdades de renda e foram consolidados mecanismos de proteção social e de transferências de renda que se conjugavam no Welfare State.

Este período de prosperidade econômica e social teve fatores de ordem econômica e de ordem política como seus determinantes principais. No contexto da Guerra Fria, foi possível estabelecer nos países europeus uma ‘construção sócio-política’ (Hobsbawm, 1995) através da qual capital e trabalho compartilhavam os ganhos obtidos na produtividade do trabalho. Os Estados Nacionais tiveram papel decisivo na consolidação deste ‘pacto’, quer seja pela implementação do Welfare State (e a posterior generalização de suas atividades), quer seja pela expansão até então sem precedentes dos gastos públicos, garantindo a ampliação contínua da demanda agregada e criando horizontes favoráveis para o cálculo capitalista do setor privado (Glyn, 1996). A maior participação dos Estados Nacionais nas economias capitalistas desenvolvidas manifestou-se também através da expansão do emprego público, em contexto de ampliação das atividades reunidas no Estado de Bem Estar Social.

Deve-se acrescentar ainda que a ordem financeira internacional vigente no período teve papel decisivo para que esta ordem social pudesse se estabelecer. As decisões tomadas em Bretton Woods, de adoção de critérios para a estabilidade da relação dólar-ouro, ao lado da definição de mecanismos de controles dos movimentos

do capital financeiro entre os diversos países permitiram a criação de um ambiente econômico internacional favorável à elaboração de políticas macroeconômicas de pleno emprego por parte dos Estados Nacionais. Desta forma, o crescimento econômico dos diversos países foi expressivo e baseado especialmente nos seus respectivos mercados internos, em contínua expansão. As oportunidades de novos investimentos produtivos que se descortinaram no imediato pós-guerra foram ampliadas pelos investimentos realizados pelos EUA na Europa nas décadas seguintes e também pela própria expansão dos ganhos capitalistas e da produtividade nos diferentes setores das economias européias.

A partir de meados da década de 70, porém, e mais especificamente depois de 1979, quando os EUA adotaram a chamada ‘política do dólar forte’, houve uma reversão dos condicionantes de funcionamento da ordem financeira internacional. Tais mudanças tiveram nítido impacto sobre a ordem social vigente nos principais países capitalistas. No início dos anos 80, já era clara a percepção de que o desemprego tornara-se um fenômeno de massa, assim como era evidente a substituição das políticas ‘keynesianas’ que haviam caracterizado o pós-guerra.

A implementação de políticas econômicas de cunho liberal na maioria dos países desenvolvidos, a partir da década de 80, veio acompanhada de uma gradativa retirada dos Estados Nacionais das funções que havia assumido durante os Anos Dourados e significou o abandono do pleno emprego como principal objetivo das políticas macroeconômicas nacionais. As restrições impostas por uma ordem financeira internacional desregulamentada e crescentemente instável se fizeram sentir na reversão das conquistas sociais que haviam sido obtidas durante os Anos Dourados e no debilitamento do poder de barganha dos sindicatos de trabalhadores frente a um ambiente econômico marcado pela perda de dinamismo da criação de empregos e pela ampliação da mobilidade do capital (Rodrik, 1997).

O objetivo deste texto é avaliar os fatores determinantes da evolução do nível de emprego nas economias capitalistas desenvolvidas na segunda metade do século, destacando as diferenças existentes entre os Anos Dourados e os anos marcados pela hegemonia liberal (a partir dos anos 80). A análise dos indicadores escolhidos para interpretar a evolução do nível de emprego terá também por objetivo ressaltar diferenças existentes entre os países, especialmente entre os EUA e os países europeus.

Além desta introdução, este estudo é composto de duas outras partes. Na

primeira parte, apresentamos um exercício de decomposição do nível de emprego segundo o comportamento da produção (PIB), da produtividade e da jornada de trabalho. Na segunda parte, analisamos um exercício mais detalhado de decomposição da evolução do nível de emprego, acrescentando elementos demográficos e destacando o papel do emprego público nos diferentes períodos analisados e segundo os países em questão. Por fim, são feitos alguns comentários a título de conclusão.

# 1. Contribuição da evolução do produto, da produtividade e da jornada de trabalho na determinação do nível de emprego nos países capitalistas desenvolvidos na segunda metade do século XX

Neste item, pretendemos avaliar a evolução do nível de emprego nas últimas décadas segundo a contribuição do crescimento do produto interno bruto, da produtividade do trabalho e também da jornada média de trabalho em países selecionados. Supondo-se que a taxa de crescimento do produto, em certo período, seja idêntica à evolução da produtividade média do trabalho, pode haver aumento do contingente de emprego desde que haja uma redução da jornada média de trabalho – ou seja, caso o volume de horas trabalhadas possa ser compartilhado por um contingente maior de trabalhadores. A fórmula matemática que descreve este raciocínio é simples: seja N=emprego (em números absolutos, ou seja, total de pessoas ocupadas); PIB=produto interno bruto; DAT=duração média da jornada de trabalho (horas por ano) e PRODH=produtividade horária do trabalho, temos que:

$$N=PIB*(1/PRODH)*(1/DAT), \quad \text{sendo que } PRODH=PIB/(N*DAT)$$

Desta forma, podemos concluir, da primeira igualdade, que a variação anual do emprego depende da variação do PIB no ano (ou seja, variação da produção) descontada tanto pelos ganhos anuais em produtividade horária (por empregado) quanto pela redução anual da jornada de trabalho.

TABELA 1  
Decomposição da  
evolução do  
emprego  
Principais países  
capitalistas  
1960-1998

Países e	variação do	taxas de variação média anuais por períodos (em %)		
		variação do	variação da	variação da

períodos	emprego	produto	produtividade horária do trabalho	duração da jornada de trabalho
<b>Alemanha</b>				
1960-1973	0.29	4.35	5.20	-1.10
1973-1983	-0.31	1.60	2.73	-0.80
1983-1998	1.73	3.03	1.87	-0.58
<b>França</b>				
1965-1973 (*)	0.82	5.19	5.11	-0.73
1973-1983	0.23	2.28	3.15	-1.06
1983-1998	0.26	2.11	2.17	-0.32
<b>Itália</b>				
1960-1973	-0.44	5.24	6.52	-0.76
1973-1983	0.66	2.67	2.70	-0.68
1983-1998	0.20	1.41	1.32	-0.11
<b>Reino Unido</b>				
1960-1973	0.08	3.23	3.95	-0.78
1973-1983	-0.54	1.08	2.81	-1.15
1983-1998	0.86	2.63	1.68	0.07
<b>Estados Unidos</b>				
1960-1973	2.00	4.31	2.58	-0.30
1973-1983	1.72	2.06	0.57	-0.23
1983-1998	1.78	3.04	0.98	0.26
<b>Europa dos 11</b>				
1960-1973	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
1973-1983	0.06	2.05	3.02	-1.00
1983-1998	0.79	2.52	2.04	-0.31

Fonte: CD-OCDE –  
Statistical  
Compendium  
(1999/1).

Elaboração própria.

(\*)no caso francês, nem  
todos os dados estão  
disponíveis para 1960,  
portanto,  
o início do primeiro  
período a ser analisado  
será em 1965.

A tabela 1 mostra, para EUA, União Européia e para os principais países europeus separadamente, dados que ilustram a decomposição descrita acima, tomando três períodos diferentes: 1960-1973 (representando os últimos 13 anos de expansão dos chamados Anos Dourados); 1973-1983, uma fase de reversão do ciclo expansivo anterior e, por fim, um período mais longo, de 1983 a 1998, durante o qual estão ‘misturados’ um período de retomada da atividade econômica (pós-recessão do início da década de 80), um período de retração no início da década de 90 e uma nova retomada em meados dos anos 90.

O que se observa no primeiro período analisado (1960-1973) é que nos EUA a expansão do emprego foi bastante expressiva, resultado explicado tanto pela alta taxa de crescimento da produção como também pelas relativamente (comparando com os países europeus) baixas taxas de crescimento da produtividade horária do trabalho. Além disso, a redução da jornada de trabalho americana durante os Anos Dourados

deu impulso adicional à criação de empregos.

Não há dados disponíveis para a União Européia referentes a este primeiro período, mas a análise dos principais países europeus, tomados isoladamente, mostram que as elevadas taxas de crescimento do produto não foram suficientes para promover expressivo aumento do emprego pois a atividade produtiva operava com elevados ganhos em produtividade. Desta forma, a redução da jornada de trabalho teve papel decisivo para a variação positiva do emprego ocorrida na maioria dos países avaliados.

No período 1973-1983, a marca distintiva em relação ao período anterior é a redução das taxas de crescimento do produto, com efeitos decisivos sobre a taxa de criação de empregos. Por razões diversas, há forte heterogeneidade de comportamento das taxas de criação de emprego nos países europeus, mas o que se pode notar de forma generalizada é que a continuidade da acelerada redução das jornadas de trabalho impediu que os resultados em termos de emprego fossem ainda piores. Nos EUA, a desaceleração da taxa de crescimento do emprego não foi tão acentuada como nos países europeus porque houve uma forte redução da taxa de crescimento da produtividade horária, o que, ao lado de uma ainda importante (mas menos pronunciada do que no período anterior) redução da jornada média de trabalho, permitiu uma expansão média anual do conjunto do emprego em cerca de 1,7%, apenas 0.3 ponto percentual abaixo do que ocorrera nos últimos 13 anos da Golden Age.

Por fim, para o período 1983-1998, o que mais chama a atenção é a vantagem americana (sobre o agregado Europa dos 11) de cerca de 1.0 ponto percentual por ano na taxa de criação de empregos. Este resultado deve-se não apenas ao maior crescimento do produto americano em relação ao europeu, mas também ao fato de que os ganhos anuais em produtividade nos EUA colocam-se bastante abaixo do caso europeu tomado como um todo. Podemos perceber que também no caso da evolução da duração da jornada de trabalho ocorrem marcantes diferenças entre os EUA e os países europeus. No caso americano, ocorreu um aumento da jornada média anual de trabalho, o que reduz a taxa de criação de empregos. Entretanto, apesar do fato de que o mercado de trabalho dos EUA tenha apresentado esta inusitada expansão da jornada média de trabalho (contrariando uma tendência que vinha ocorrendo nos países capitalistas nos últimos séculos), a taxa de crescimento do emprego nos EUA, entre 1983 e 1998, ainda foi superior à da Europa dos 11, pois a vantagem em termos

de expansão do produto e a mais reduzida evolução dos ganhos de produtividade compensam o cerca de meio ponto percentual anual de diferença entre a evolução da jornada de trabalho dos EUA (aumento de 0.26% ao ano) e da Europa dos 11 (redução média anual de cerca de 0.31% da jornada de trabalho).

Desta forma, o que se pode concluir deste exercício é que houve, especialmente nos anos mais recentes, uma marcada diferença de comportamento na forma e no volume de criação de empregos quando comparamos os EUA com a Comunidade Européia. Em primeiro lugar, é notório que os americanos puderam se beneficiar de taxas de crescimento do produto superiores a que conseguiram obter os países da Comunidade Européia (em média). Além disso, este distinto comportamento da evolução da produção foi mediado por importantes diferenças inter-nacionais de produtividade horária do trabalho, de tal forma que a evolução do conjunto do emprego nos EUA foi superior ao caso europeu também porque os ganhos anuais médios de produtividade estiveram bastante abaixo dos referentes aos países capitalistas do Velho Continente.

A vantagem dos americanos em termos de criação de empregos só não foi ainda mais destacada porque sua economia presenciou um fenômeno de aumento da jornada média de trabalho, enquanto na Europa a jornada manteve sua tendência secular de redução.

## 2. Papel do emprego público e influência da expansão demográfica na determinação dos níveis de emprego dos países capitalistas na segunda metade do século XX

Neste item, são incorporados novos elementos para avaliar a evolução dos níveis de emprego dos respectivos países capitalistas desenvolvidos desde o pós-guerra. Um dos fatores mais decisivos para a evolução do emprego agregado nestas últimas décadas foi a contribuição do emprego público. Deve-se ressaltar, porém, que a contribuição do Estado foi diferente em cada país. Também existem diferenças marcantes na evolução da oferta da mão-de-obra, sendo que a mesma é mais marcante quando se compara o caso americano ao de qualquer país europeu no período em questão.

A tabela 2 apresenta estatísticas resultantes de uma decomposição da evolução do nível de emprego total que incorpora uma variável demográfica (evolução da população em idade de trabalhar), discrimina a contribuição do emprego público e mantém a variação da jornada de trabalho como fator co-determinante do nível de

emprego (conforme já foi feito na tabela 1). Ao tomar como indicador relevante a evolução do emprego por população em idade de trabalhar (pessoas de 15 a 64 anos), podemos fazer uma comparação mais qualificada entre EUA e países europeus, interpretando a evolução do emprego, em cada caso, isolada dos efeitos demográficos. Ou seja, poderemos avaliar em que medida a criação de empregos nos EUA teve mais êxito do que na Europa eliminando desta comparação os condicionantes relacionados ao crescimento populacional (que, nos EUA, é maior, na média das últimas décadas, do que nos países europeus aqui considerados).

Nossa decomposição começa pela igualdade abaixo:

$$N = \text{VOL} / \text{DAT}$$

sendo N= número total de pessoas ocupadas;

VOL=volume total de horas trabalhadas;

DAT=duração do trabalho anual (em horas)

Podemos multiplicar e dividir o lado direito da igualdade acima pela variável VOLm (volume total de horas trabalhadas no setor privado), de tal forma que a igualdade fica da seguinte maneira:

$$N = \text{VOLm} * (\text{VOL} / \text{VOLm}) * (1 / \text{DAT})$$

A seguir, dividindo os dois lados da igualdade por POP (população em idade ativa, ou seja, pessoas entre 15 e 64 anos), temos:

$$N / \text{POP} = (\text{VOLm} / \text{POP}) * (\text{VOL} / \text{VOLm}) * (1 / \text{DAT}) \quad (\text{equação A})$$

Rearranjando cada um dos fatores da multiplicação do lado direito da igualdade acima (equação A) temos:

$\text{VOLm} = (\text{VOL} - \text{VOLp})$ , sendo VOLp definido como o volume de horas trabalhadas no setor público.

Mas  $\text{VOLm} = \text{Nm} * \text{DATm}$  (por definição, o volume total de horas trabalhadas no setor privado é igual ao número de trabalhadores ocupados no setor privado, Nm, multiplicado pela jornada média de trabalho no setor privado – para simplificar, estamos admitindo que a duração da jornada é a mesma no setor privado e no setor público, ou seja,  $\text{DAT} = \text{DATm} = \text{DATp}$ ).

Substituindo Nm por N-Np, ficamos com:  $\text{VOLm} = (\text{N} - \text{Np}) * \text{DAT}$  e o primeiro termo do lado direito da igualdade da equação A fica sendo  $[(\text{N} - \text{Np}) * \text{DAT}] / \text{POP}$ .

O segundo termo do lado direito da igualdade expressa na equação A pode ser também remanejado, de tal forma que  $\text{VOL} / \text{VOLm} = (\text{N} * \text{DAT}) / (\text{Nm} * \text{DATm})$ , o que se transforma simplesmente em  $\text{N} / \text{Nm}$ , sempre supondo que a duração da jornada

anual de trabalho seja a mesma no setor público e no privado. Mas, como  $N_m = (N - N_p)$ , o segundo termo pode ser expresso simplesmente por  $N/(N - N_p)$ .

Feitas estas considerações, podemos reescrever a equação A da seguinte forma:

$$N/POP = \{[(N - N_p) * DAT] / POP\} * [N / (N - N_p)] * (1 / DAT),$$
 que estão representados na tabela 2 de tal forma que se pode afirmar que a variação da relação emprego/população em idade de trabalhar (linha A na tabela) é igual à soma da variação do volume de horas trabalhadas por população em idade de trabalhar (linha B da tabela) com a variação do peso do emprego público (linha C da tabela) com a redução da jornada de trabalho (linha D da tabela).

Em outras palavras, o que estamos querendo mostrar é que o incremento do conjunto do emprego em uma economia capitalista depende não apenas da dinâmica de geração de oportunidade de trabalho no setor privado, mas também da evolução das atividades não-voltadas ao mercado (tipicamente as ocupações ligadas à expansão das atividades do Estado) e ainda de um terceiro fator, qual seja, a evolução da jornada média de trabalho, pois quando há uma redução da jornada média de trabalho, o conjunto do trabalho pago criado pela economia é repartido por um maior número de pessoas. Introduzindo o crescimento da população em idade ativa dos dois lados da equação, estamos evitando que a comparação da evolução do emprego nos EUA e na Europa seja afetada pelas notórias trajetórias demográficas distintas das populações americana e europeia - ou seja, estamos garantindo que, estatisticamente, as diferenças de comportamento da evolução do indicador de emprego escolhido dependa da dinâmica econômica, da atuação do Estado e de um importante fator institucional (a jornada de trabalho) das respectivas economias, excluindo o efeito que a oferta da mão-de-obra tem sobre o conjunto do emprego agregado criado.

Os períodos considerados foram quatro: um primeiro, entre 1960 e 1973, define-se como os 13 anos derradeiros da Era de Ouro do capitalismo; o segundo, entre 1973 e 1983, marca a transição entre os Anos Dourados e as décadas mais marcadamente afetadas pelas políticas liberalizantes; o terceiro período destacado começa em 1983 e segue até onde os dados se encontram disponíveis (1998) e, por fim, um quarto período (coluna mais à direita da tabela) inclui apenas os dados da década de 90 e somente no caso dos EUA e da União Europeia tomada em conjunto, para destacar o período em que os países europeus estão submetidos à necessidade de cumprir as metas macroeconômicas definidas em Maastricht e portanto enfrentam



dificuldades adicionais para a adoção de políticas econômicas voltadas para o pleno emprego.

Tabela 2  
Decomposição da evolução do emprego  
Estados Unidos e União Européia  
1960-1998

e países	taxas médias anuais de variação por períodos (em %)			
	1960-1973	1973-1983	1983-1998	1991-1998
<b>INDICADORES (*)</b>				
<b>ESTADOS UNIDOS</b>				
A-Emprego/popul.em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	0.30	0.23	0.88	0.58
B-Volume total de horas trabalhadas no setor privado/ população em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	-0.32	0.05	1.19	0.80
C-Contribuição da variação do peso do emprego público	0.31	-0.05	-0.05	-0.09
D-Redução das horas trabalhadas por trabalhador (**)	0.30	0.23	-0.26	-0.12
<b>UNIÃO EUROPEIA</b>				
A-Emprego/popul.em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	n.d.	-0.86	-0.06	-0.59
B-Volume total de horas trabalhadas no setor privado/ população em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	n.d.	-2.27	-0.48	-0.92
C-Contribuição da variação do peso do emprego público	n.d.	0.39	0.10	0.06
D-Redução das horas trabalhadas por trabalhador (**)	n.d.	1.01	0.32	0.26
<b>ALEMANHA</b>				
A-Emprego/popul.em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	-0.07	-1.01	-0.15	
B-Volume total de horas trabalhadas no setor privado/ população em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	-1.56	-2.18	-0.70	
C-Contribuição da variação do peso do emprego público	0.38	0.35	-0.04	
D-Redução das horas trabalhadas por trabalhador (**)	1.11	0.81	0.58	
<b>FRANÇA</b>				
A-Emprego/popul.em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	-0.04	-0.72	-0.23	
B-Volume total de horas trabalhadas no setor privado/ população em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	-1.08	-2.19	-0.83	
C-Contribuição da variação do peso do emprego público	0.30	0.38	0.28	
D-Redução das horas trabalhadas por trabalhador (**)	0.74	1.07	0.32	
<b>ITÁLIA</b>				
A-Emprego/popul.em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	-1.00	-0.11	-0.47	
B-Volume total de horas trabalhadas no setor privado/ população em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	-2.23	-1.05	-0.73	
C-Contribuição da variação do peso do emprego público	0.44	0.25	0.09	
D-Redução das horas trabalhadas por trabalhador (**)	0.77	0.68	0.17	
<b>REINO UNIDO</b>				
A-Emprego/popul.em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	-0.09	-1.01	0.56	
B-Volume total de horas trabalhadas no setor privado/ população em idade de trabalhar (15 a 64 anos)	-1.53	-2.56	1.35	
C-Contribuição da variação do peso do emprego público	0.56	0.36	-0.72	
D-Redução das horas trabalhadas por trabalhador (**)	0.87	1.16	-0.07	

Fonte: OCDE Economic Outlook, in Statistical Compendium of OECD: 1991/1; elaboração própria.

(\*)salvo arredondamentos e considerações simplificadoras, temos que  $A=B+C+D$ . A principal consideração simplificada é que as horas trabalhadas por ocupado no setor privado sejam iguais às horas trabalhadas por ocupado no setor público. Para mais detalhes, ver texto. Nos casos de França e Reino Unido, o primeiro período inicia-se em 1965 e não em 1960, como nos outros países.  
(\*\*)valores negativos para horas trabalhadas significam que aumentaram as horas trabalhadas por trabalhador.

Analisando o período que corresponde aos Anos Dourados, verifica-se que apenas nos EUA houve crescimento da relação emprego/população em idade ativa, ou seja, o emprego cresceu a taxas maiores do que a população em idade ativa (a variação média anual da relação emprego/população ativa ficou próxima de 0.3%).

referida estatística de emprego só não foi mais decepcionante porque a contribuição positiva do emprego público e a expressiva redução da jornada média de trabalho ao longo do período em questão atenuaram os efeitos que a redução do volume de horas trabalhadas no setor privado por pessoa em idade ativa teve sobre o nível de emprego. No caso americano, também houve importante contribuição do emprego público no período e uma não desprezível redução da jornada média de trabalho. O que permitiu o resultado positivo da estatística de emprego no caso americano, distinguindo-o dos casos europeus, foi que a redução do volume de horas trabalhadas por pessoa em idade ativa foi bastante inferior ao que ocorreu nos demais países considerados.

O período iniciado em 1973 representou uma transição entre dois modos de regulação capitalista bastante distintos e inicia-se e termina com uma significativa retração da atividade econômica (a primeira, em 1973-1975, devido à ‘crise do petróleo’ e a outra, entre 1980 e 1983, pós-elevação das taxas de juros verificadas pela política do ‘dólar-forte’ de Paul Volcker). O que mais chama atenção neste período transitório é a forte redução do volume de horas trabalhadas nos países europeus, que foi apenas em parte compensada pela criação de empregos públicos e pela redução das respectivas jornadas de trabalho dos países europeus. Desta forma, entre 1973 e 1983 assistiu-se na Europa a uma importante redução do nível de emprego, contrastando com o caso americano, em que a taxa de criação de emprego por pessoa em idade de trabalhar manteve-se positiva, embora ostentando resultado inferior ao que havia sido observado neste país nos 13 últimos anos da Era de Ouro.

No período 1983-1998 pode ser feita uma avaliação comparativa mais consistente entre EUA e Europa, não somente por se tratar de um período mais longo do que o anterior, mas porque inclui, em sua composição, tanto momentos de retração da atividade econômica (como a recessão do início dos anos 90, por exemplo) como períodos de retomada da produção (meados dos anos 80).

O que os dados mostram para o período 1983-1998 é que, em termos de criação de emprego (emprego por população em idade de trabalhar), houve uma expressiva diferença entre EUA e Europa. No caso americano, a taxa média de criação de emprego/população ativa atingiu quase 0.9% ao ano, enquanto o mesmo indicador para a União Européia foi de 0.06% negativos. O que também chama atenção na comparação é que a decomposição da evolução das oportunidades de emprego em cada caso mostram condicionantes de natureza totalmente diversa. No caso americano, o volume total de horas trabalhadas no setor privado (em relação à

população em idade de trabalhar) cresceu a taxas até maiores do que o volume de emprego criado (também em relação à população em idade ativa), uma vez que tanto a contribuição do emprego público quanto o comportamento da jornada de trabalho (houve aumento da jornada de quase 0.3% ao ano no período nos EUA!) tiveram impacto negativo para a expansão das oportunidades de emprego na economia.

No caso europeu, os indicadores definidos na tabela 2 comportaram-se de forma bastante diferente do caso americano. Na União Européia, em seu conjunto, e em países isolados como França e Itália, a contribuição do emprego público ainda foi positiva, no período 1983-1998, para a ampliação do nível de emprego destas economias. No caso da jornada de trabalho, o que se observa no mesmo período é também um comportamento que favorece a criação de empregos nas respectivas economias nacionais, pois ainda houve redução da jornada de trabalho nestes países, contribuindo para que o volume de horas trabalhadas fosse partilhado por uma quantidade maior de trabalhadores. O que explica fundamentalmente o comportamento decepcionante da criação de empregos nos países europeus, desde 1983 até 1998, é a expressiva redução do volume total de horas trabalhadas no setor privado (por pessoa em idade ativa).

Por fim, é interessante realizar uma comparação entre EUA e Europa especificamente para os anos 90, quando, conforme já frisado, incorporam-se fatos relevantes (e específicos do período) que condicionam a execução de políticas macroeconômicas nestes países. A diferença entre EUA e Europa no indicador de emprego construído na tabela 2 é ainda maior no período 1991-1998 do que já havia sido no período 1983-1998 e isto ocorre especialmente por causa da expressiva queda deste indicador no caso europeu. Parece que a necessidade de atingir as metas macroeconômicas definidas em Maastricht impôs aos países candidatos à adesão ao Euro uma série de dificuldades para criar empregos. O volume de horas trabalhadas no setor privado teve queda acentuada no período (na década de 90 esta queda foi quase duas vezes maior do que no período 1983/1998 tomado em conjunto) e o resultado deste fenômeno na estatística de emprego só não foi ainda pior porque, na década de 90, ainda houve redução da jornada média de trabalho e a criação de vagas no setor público ainda contribuiu positivamente para a criação de empregos - mas, em ambos os casos, estes indicadores exibiram, na década de 90, resultados inferiores aos que haviam exibido no período 1983-1998 em média.

Nos EUA, a taxa de criação de emprego na década de 90 foi inferior à do

período 1983-1998 tomado em conjunto, mas ainda apresentou resultado positivo e bastante superior à da União Européia nos anos 90. A atração de capitais externos exercida pela economia americana nos anos 90 (IMF, 1998), ao mesmo tempo em que os europeus realizavam políticas restritivas para atender aos critérios de Maastricht, parece estar na raiz da explicação para a marcante diferença de comportamento do nível de emprego de cada caso, uma vez que o benefício usufruído pelo EUA no contexto de exacerbação da ‘globalização financeira’ permitiu a este país realizar uma política macroeconômica que, embora não voltada prioritariamente ao objetivo do pleno emprego, acabou sendo muito mais eficaz do que as políticas macroeconômicas adotadas nos países europeus quando se trata da expansão do nível de emprego, pois o volume total de horas trabalhadas no setor privado (por pessoa em idade de trabalhar) dos EUA (fato que depende fundamentalmente da evolução da demanda agregada) cresceu cerca de 0.8% ao ano, em média, enquanto este mesmo indicador na União Européia apresentava queda de quase 1.0% ao ano no período.

## CONCLUSÕES

Os exercícios de decomposição da evolução do nível de emprego desenvolvidos neste artigo revelam importantes diferenças entre as economias americana e européia. No caso americano, houve aumentos sistemáticos do volume de horas trabalhadas no setor privado, com ênfase para o período que engloba as décadas de 80 e 90. A repartição deste volume de horas trabalhadas, porém, poderia ter sido mais positiva, do ponto de vista da criação de empregos, se não tivesse ocorrido, desde meados dos anos 80, uma ampliação da jornada média de trabalho na economia americana e se o setor público tivesse ampliado sua participação no conjunto do emprego (a queda de participação relativa do emprego público no conjunto do emprego tem ocorrido desde a década de 70). Portanto, o ‘modelo’ americano revela dinamismo na criação das oportunidades de trabalho (especialmente no setor privado) mas a forma de organização social e de repartição deste volume de horas trabalhadas em expansão não se mostram especialmente favoráveis aos trabalhadores. O aumento do nível de emprego americano deu-se especialmente por causa do forte dinamismo desta economia, expresso pela taxas de crescimento do produto interno bruto.

No caso europeu, em que pese o fato de que a construção social erigida no pós-guerra tenha sido paulatinamente deteriorada pela cenário macroeconômico

marcado pela retração da atividade econômica e pela liberalização dos mercados financeiro e produtivo (e pela adoção de políticas macroeconômicas de cunho ortodoxo a partir dos anos 80) e, em um segundo momento (a partir da década de 90), também pela necessidade dos Estados Nacionais se ‘ajustarem’ aos critérios de desempenho macroeconômico definidos por Maastricht, o setor público ainda contribuiu, mesmo nos anos 90, de forma positiva para a criação de oportunidades de emprego, ao mesmo tempo em que as economias nacionais ainda conviveram com redução (cada vez menos acelerada) das jornadas médias de trabalho realizadas pelos trabalhadores. Ou seja, apesar de todo o cenário macroeconômico adverso e da hegemonia do pensamento liberal, as sociedades européias ainda puderam manter mecanismos de construção social que, se tivessem sido totalmente perdidos, poderiam ter agravado ainda mais o problema do emprego nestes países. Deve-se destacar, contudo, que a contribuição do emprego público e da redução da jornada média de trabalho tem diminuído continuamente nas últimas décadas, permitindo vislumbrar maior agravamento do problema do emprego no futuro próximo caso não haja uma importante retomada do ritmo da atividade econômica no setor privado.

A comparação do caso americano com os indicadores da União Européia revelam a existência de dois ‘modelos’ bastante diferentes de construção social. Além disso, tal comparação revela duas trajetórias também bastante distintas de evolução do produto interno bruto. Tal fato chama a atenção para a necessidade de incluir nos estudos comparativos de mercados de trabalho nacionais um elemento de discussão que incorpore os fatores ligados à posição ocupada pelos respectivos países na ordem financeira internacional. Existe uma vasta literatura que tem se debruçado sobre a questão da hegemonia desfrutada pelos EUA na atual ordem internacional e este elemento parece ser primordial para explicar as baixas taxas de desemprego atualmente vigentes nos EUA (especialmente se comparadas às da maior parte dos países europeus) e o maior dinamismo econômico deste país em comparação aos europeus.

A liderança internacional construída pelos EUA e a hegemonia financeira por eles desfrutada podem ser resumidas na seguinte passagem de recente artigo escrito por Belluzzo (2000): “a história política e econômica do planeta, desde meados da década de 70, registra a intensificação das pressões dos Estados Unidos pela liberalização financeira. Isso significa, como muitos já compreenderam, submeter mais uma vez a ‘economia global’ ao controle despótico do capital financeiro

americano e à supremacia do dólar como moeda universal”. Meu argumento, para encerrar este artigo, é de que estas questões relacionadas à hegemonia financeira americana devem ser incorporadas aos debates sobre as trajetórias dos indicadores de mercado de trabalho nos países capitalistas desenvolvidos. Os mecanismos de transmissão da esfera financeira para a esfera ‘real’ da economia americana revelam que a significativa expansão da atratibilidade dos fluxos de capital financeiro internacional por parte dos ‘mercados’ americanos têm sido os principais responsáveis pela notável trajetória de valorização das ações em Wall Street (Henwood, 1997). Esta valorização de ações negociadas em bolsa tem sido responsável pela notável expansão do consumo das famílias americanas, que está na base da expansão da demanda agregada da ‘nova economia’ e, portanto, da ampliação do emprego.

Deve-se destacar que, no atual estágio do desenvolvimento capitalista, uma expansão do PIB tem um efeito muito mais significativo para a expansão do emprego agregado do que em outras épocas (verificar na tabela 1 desta artigo que a produtividade do trabalho vem decrescendo continua e acentuadamente nas últimas décadas em todos os países analisados). Desta forma, as relativamente (especialmente se comparadas às dos países europeus) altas taxas médias de crescimento do produto interno bruto americano na década de 90 têm sido responsáveis por uma trajetória robusta de criação de empregos nesta nação, em contraste com o que ocorre nas economias européias, especialmente depois que estas passaram a ter de cumprir os rígidos critérios definidos em Maastricht.

O maior crescimento econômico dos EUA em relação à Europa está em grande medida relacionado à questão da hegemonia desfrutada pelos EUA no cenário internacional. Tal fato é decisivo para explicar as diferenças internacionais de comportamento dos respectivos níveis de emprego nestas últimas décadas. Os efeitos da progressão da produção sobre o nível de emprego, entretanto, estão mediados por fatores característicos de cada economia, como por exemplo a evolução da produtividade do trabalho, que depende de características próprias do sistema produtivo de cada país. Ademais, a natureza da construção social de cada país também altera a correlação existente entre produção e produtividade na definição do nível de emprego em uma economia capitalista. Conforme vimos, a jornada de trabalho e a trajetória do emprego público influenciam na determinação do nível de emprego e, no caso europeu, constituíram fatores decisivos para que a crise do

emprego não fosse ainda mais grave desde que se reverteu o ritmo de crescimento da produção. Pode-se afirmar que o ‘modelo social’ existente na Europa é mais favorável do que o ‘modelo americano’ no que se refere ao comportamento do nível de emprego. O fato de que os EUA criam um volume de emprego maior do que a União Européia deve ser explicado pela menor produtividade do trabalho da economia americana e também, fundamentalmente, ao seu maior dinamismo econômico, resultante da posição ocupada por este país na ‘economia globalizada’.

Desta maneira, entendemos que além de discutir fatores ligados mais diretamente aos sistemas produtivos nacionais e ao funcionamento dos respectivos mercados de trabalho, os estudos de Economia do Trabalho dedicados a comparar evolução de indicadores de emprego de diferentes países devem incorporar ao seu repertório analítico elementos relacionados à hierarquia financeira entre as nações no cenário da ‘globalização financeira’, especialmente quando o capitalismo adentra uma fase de ‘acumulação predominantemente financeira’, conforme Chesnais (1997a).

## BIBLIOGRAFIA

- ANGELI, J.M. (1998). “A ‘nova ordem mundial’ e a hegemonia americana: dominação coercitiva e consensual ou exploração?”, in: Cultura Vozes. Número 3, maio-junho 1998.
- BAKER, D., EPSTEIN, G. e POLLIN, R. (ed.) (1998). Globalization and progressive economic policy. Cambridge University Press.
- BELLUZZO, L.G.M. (2000). “Descobriram a América...”. Carta Capital, n.o 119. Março.
- BELLUZZO, L.G.M. (1999). “Fim de Século”. In: São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE. São Paulo.
- CHESNAIS, F. (1996). A Mundialização do Capital. Ed. Xamã. São Paulo.
- CHESNAIS, F. (1997)(a). “Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo”. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Número 1. Ed. Sette Letras. Rio de Janeiro.
- CHESNAIS, F. (1997)(b). “Mondializzazione del capitale e regime d’accumulazione a dominanza finanziaria”, in Miseria della Mondializzazione. Roma.
- CHESNAIS, F. (1997)(c). “A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, in: Revista Praga, número 3. Ed. Hucitec. São Paulo,



1997.

GLYN, A. (1996). "Growth and equality since 1945: the role of the State in OCDE Economies", in The State and the Economic Process, editado por C.W.M. Naastepad and Servaas Storm. Centre for Development Planning. Erasmus University Rotterdam. Edward Elgar. Cheltenham, UK - Brookfield, US.

GLYN, A. (1995). "Stability, inegalitarianism, and stagnation: an overview of the advanced capitalist countries in the 1980s". In: EPSTEIN, G. & GINTIS, H. (1995). Macroeconomic Policy after the Conservative Era. University Press. Cambridge University Press (UK).

GLYN, A. (1995). "A social-democracia e o pleno emprego". In: Política Externa. Vol. 4, número 2. Setembro-Outubro-Novembro. Ed. Paz e Terra. São Paulo.

HENWOOD, D. (1997). Wall Street: how it works and for whom. Verso. United Kingdom.

HENWOOD, D. (1999). "Booming, borrowing and consuming: the U.S. economy in 1999". Monthly Review, vol. 51/3. July/august, 1999.

HOBSBAWM, E. (1995). Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991). Companhia das Letras. São Paulo.

IMF (1998). World Economic Outlook. International Monetary Fund. Washington, D.C. (USA).

POCHMANN, M. (1999). O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. Ed. Contexto. São Paulo.

RODRIK, D. (1997). Has Globalization gone too far? Institute for International Economics. Washington, D.C. March, 1997.